

Ajuste nas Urnas

O Brasil está comprometido com o ajuste fiscal, que exige atenção geral e prioridade nacional. Ajuste fiscal se faz com determinação de cortar despesas para salvar o essencial. Será inevitável, portanto, que grande parte do corte de gastos públicos transfira a estados e municípios parcela ponderável do problema nacional.

Este é o momento em que, na condição de contribuinte, os cidadãos precisam meditar sobre a responsabilidade de eleger seus governantes. O Estado do Rio levou para o segundo turno a opção política e, portanto, ganhou tempo para considerar outros aspectos que passaram a prevalecer. Não se trata de decisão a ser tomada por simpatia pessoal dos candidatos. A gravidade da situação mundial pede prioridade para a competência administrativa e política como critério determinante da escolha. Qualidades pessoais, nível de conhecimento e experiência pública passaram a contar, muito mais, em hora grave e dramática.

Qualquer cidadão está em condições de entender que, se o Brasil não se ajustar às exigências que impõem a severidade de gastos, acabará renunciando ao futuro e regredindo ao passado. A globalização não espera os retardatários. O rito de passagem é o ajuste fiscal.

O segundo turno da eleição do novo governador do Estado do Rio para o quadriênio 1999-2002 selecionou dois candidatos de vertentes opostas: um com origem populista e finalidade assistencialista, outro lastreado em competência e experiência. Anthony Garotinho tem como bagagem a administração da prefeitura de Campos, onde o atraso predomina sob o peso sufocante de uma decadência histórica e o paternalismo social viceja. César Maia, com formação superior, espírito universitário, versatilidade de conhecimentos, contrasta em idéias, avaliação política das necessidades e propostas de governo. Representa a eficiência testada pela experiência administrativa.

Ao eleitor caberá fazer a opção política, mas considerando mais do que prometeram antes. A situação nacional e internacional se alterou entre o primeiro turno e o segundo, oferecendo novas indicações indescartáveis. A escolha final confere à experiência maior peso entre os quesitos para definir a opção dos eleitores, pois o Brasil está convocado a fazer o ajuste fiscal por instinto de sobrevivência. As despesas públicas não podem continuar sendo maiores que a receita proveniente da sociedade. Os gastos não podem ser devorados em pagamento de pessoal e privilégios, em prejuízo da saúde, da educação e demais responsabilidades dos governos.

Promessas de campanha perderam importância diante da urgência que cobra dos novos governantes padrão de austeridade política e administrativa. Chegou a vez da competência com identidade modernizadora e consolidada em experiência. Depois do debate entre os dois na televisão, César Maia sobressaiu por falar com autoridade e conhecimento de causa em questões financeiras que lhe são familiares e fazem parte do seu currículo. Nos últimos dias da campanha, o **JORNAL DO BRASIL**, considerando a expectativa nacional à sombra do dramático ajuste fiscal a ser enfrentado, sente-se no dever de recomendar o nome do candidato César Maia à preferência dos eleitores. O momento o credencia pelo que fez na prefeitura do Rio e na secretaria estadual de Finanças. A bagagem assistencialista de um, como prefeito de Campos, e o êxito financeiro de outro na administração do Rio não têm termo de comparação.

A indicação de César Maia leva em conta as credenciais de homem público bem-sucedido, e não apenas como prefeito – um dos melhores da história do Rio. Conhecimentos financeiros garantiram à sua gestão reconhecimento nacional. Consagrou-se primeiro como secretário de finanças do governo Leonel Brizola em 1983, quando o Brasil fez com o FMI acordo que implicou forte ajuste financeiro. O Estado do Rio foi prejudicado pelo governo federal, mas César Maia organizou sem alarde as finanças estaduais, possibilitou a construção imediata do Sambódromo e o programa dos Cieps.

O debate dos dois candidatos na televisão transcorreu com os temas da campanha eleitoral mas infelizmente sem dar prioridade ao ajuste fiscal e a seus dramáticos reflexos na vida do estado do Rio de Janeiro, que permitiriam avaliar a disposição de cada um em relação aos cortes e dariam a medida da aptidão para o exercício do governo. As promessas de campanha se tornaram irreais. A falta de recursos desautoriza a retórica e pede perfil de austeridade.

A campanha eleitoral girou em torno de perspectiva anterior à crise internacional, mas na decisão dos eleitores o fator determinante passou a ser o ajuste fiscal que pedirá aos estados e municípios, em nome da Brasil, a coragem de cortar despesas improdutivas e plantar sementes de progresso onde tiver sido cortado tudo que for supérfluo para alinhar o Brasil pelos valores do Primeiro Mundo.